



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO  
REGIONAL SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO  
EUROPEIA

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

A construção do espaço europeu continua, nos dias de hoje, a assumir relevância e importância estrutural, quando falamos do futuro do nosso país e, fundamentalmente, da nossa Região.

Ao comemorar-se, hoje, o dia da Europa, após 20 anos da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, damos continuidade ao projecto de construção política e económica de um grande espaço europeu integrado, cujo objectivo visa assegurar níveis superiores de prosperidade e segurança a todo o continente.

O processo de adesão foi feito de forma cuidada, empenhada e com a perfeita consciência de ser esse o único caminho possível para defrontar, de modo eficaz, os desafios da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

estabilidade democrática e do desenvolvimento socio-económico com que todo o país era confrontado.

Hoje, passados que são 20 anos da nossa integração europeia, a história demonstrou a correcção da escolha então feita. A importância do País a nível mundial foi potenciada, a sua estabilidade política foi assegurada e foram criadas as condições para que se verificasse a convergência socio-económica com a Europa comunitária. O quadro europeu favorece e reforça a modernização, a eficiência e a competitividade, maugrado as vicissitudes do processo, seus avanços e recuos, de que a discussão adiada sobre o projecto de Constituição Europeia é apenas um exemplo.

Para os Açores, a integração europeia foi particularmente benéfica em todos os domínios. A incidência das políticas comunitárias na conformação do nosso percurso económico, social e político foi determinante para os resultados que a Região obteve. O nosso percurso nestes últimos 20 anos teria sido muito mais difícil, menos ambicioso e menos convergente com o País e com a União Europeia, sem o apoio diversificado – de grande intensidade e transversal a toda a nossa sociedade – veiculado pela actuação das políticas comunitárias no nosso território, feitos com o rigor e o grau



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

de eficiência e eficácia de que o III Quadro Comunitário de Apoio bem revelou.

A actuação da Política Regional comunitária na nossa Região é disso um bom exemplo. Desde o primeiro Quadro Comunitário de Apoio, em 1988, com o Pacote Delors I, que o nosso processo de crescimento e desenvolvimento socio-económico contou com a actuação dos Fundos Estruturais para colmatar deficiências infraestruturais e em formação de capital humano, no apoio à actividade empresarial, ao emprego e à competitividade regional. A intensidade desse apoio foi, nos Açores, muito grande quando comparada com outras regiões europeias. Muito cedo foi reconhecido pela Europa comunitária que as características que definiam a nossa Região eram muito específicas – a grande distância ao continente europeu, a pequena dimensão, o isolamento, a dupla insularidade – e exigiam um tratamento diferente.

O reconhecimento, através do Tratado de Amesterdão, do Estatuto das Regiões Ultraperiféricas justificou a criação de programas específicos de apoio ao abastecimento e às produções tradicionais na nossa região, caso do POSEIMA, e uma modulação diferente e intensidade maiores nas actuações da Política Regional e de outras políticas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

comunitárias, como a Política Agrícola Comum e a Política Comum de Pescas.

Por isso, os Açores podem testemunhar e devem reafirmar politicamente neste dia a importância da política de coesão económica e social como instrumento indispensável da consolidação política e económica da União Europeia. Não é possível ter os benefícios económicos de um grande mercado único sem uma atitude voluntarista quanto à resolução do problema das assimetrias socio-económicas entre as regiões da Europa comunitária. Não é possível ter essa atitude voluntarista sem a existência do instrumento que é a Política de Coesão Económica e Social.

Mas, ao assinalar os 20 anos da adesão de Portugal à Europa comunitária e fazê-lo no dia da Europa, não deve servir só para lembrar aquilo que de positivo esse processo nos trouxe. Importa frisar e reflectir principalmente sobre aquilo que o processo de construção política e económica europeia que nos pode dar no próximo futuro.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

Todos nós, europeus, somos hoje confrontados com uma evolução demográfica menos favorável e com um crescente processo de globalização, implicando oportunidades e desafios consideráveis. Observamos a emergência de novos grandes blocos político-económicos na cena internacional, de novos problemas associados à evolução climática, às fortes correntes de emigração e imigração, à crise do petróleo e ao novo quadro de relações internacionais de cooperação e segurança.

Só a União Europeia nos pode assegurar o quadro adequado para responder a esses desafios, a esses problemas, a essas oportunidades. Não há lugar neste novo e estranho mundo a respostas isoladas; as respostas eficazes e eficientes têm de ser encontradas em parceria. Nós europeus, à luz de tudo isto, necessitamos de mais Europa para ter níveis superiores de produtividade e competitividade que salvaguardem o modelo social europeu e a sustentabilidade do nosso crescimento e desenvolvimento económico e social.

E aqui impõe-se que se reafirme politicamente, hoje, 20 anos após a adesão de Portugal e das suas Regiões Autónomas à Europa comunitária, que a capacidade de resposta europeia depende do nível e qualidade da participação de todas regiões europeias. A participação de todas as regiões europeias é



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

factor de eficácia do esforço europeu de responder pela positiva aos desafios da globalização. A política regional, a política de coesão, é o instrumento privilegiado de mobilizar o potencial económico e de saber que se encontra distribuído por todas as regiões europeias. O combate político das regiões europeias pela defesa do seu papel na construção europeia é um combate não só por elas como é um combate pela Europa.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Nas últimas duas décadas, a dimensão europeia da actividade governativa da Região não se esgotou no relacionamento directo com as instituições comunitárias. A adesão acarretou também inúmeras possibilidades de cooperação e intercâmbio a um nível inter-regional, institucionalizadas por via de um leque significativo de organismos de partilha de interesses a que a Região se foi associando. De modo crescente, a cooperação inter-regional europeia foi permitindo aos Açores alargar a sua actuação externa, melhorando consideravelmente, em simultâneo, as



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

nossas capacidades de reivindicação, de influência e de eficácia no plano comunitário.

Este reforço da presença, da visibilidade e da notoriedade da Região no quadro da cooperação inter-regional europeia se, por um lado, possibilitou um maior conhecimento externo da nossa realidade específica no quadro das regiões europeias, auxiliando de modo decisivo na divulgação e promoção das nossas legítimas aspirações, por outro, tem funcionado como instrumento auxiliar de grande relevância no estudo comparado de matérias europeias de índole regional. É neste contexto que a Região será palco, no próximo mês de Junho do corrente ano, de dois importantes eventos de âmbito europeu.

A 23 e 24, realizar-se-á, em Ponta Delgada, um Seminário sobre “O Lugar das Regiões na Globalização”, numa organização conjunta da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) da Europa e da Presidência do Governo Regional, que conta com o alto patrocínio da Comissão Europeia, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Organização Mundial do Comércio, e com a participação activa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). Trata-se de um evento de clara relevância internacional, que contará com a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

presença de representantes de cerca de 150 regiões espalhadas pelo Globo, da Europa à Austrália, da América do Sul ao Norte de África, passando também pelo Extremo Oriente, e que promoverá – estamos certos – uma reflexão interessante e profícua sobre a inserção das diversas realidades regionais no actual processo de globalização, envolvendo no debate agentes institucionais e políticos, associações não governamentais e técnicos especializados.

De 25 a 27 do mesmo mês, terá lugar, aqui na cidade da Horta, uma conferência internacional com apoio da Comissão Europeia, subordinado ao tema “A Política Marítima Europeia e as Regiões”, e que constituirá o primeiro momento de debate público, a nível europeu, do Livro Verde da Política Marítima Europeia, instrumento fundamental para a definição duma intervenção articulada e global sobre os assuntos do Mar por parte da União Europeia e, em particular, para o futuro da nossa Região.

Julgamos poder afirmar que estamos perante dois acontecimentos de grande dimensão externa e que constituem, simultaneamente, dois momentos de afirmação e projecção da nossa Região no contexto europeu e internacional, provando que o trabalho desenvolvido nesta área se faz sobretudo de passos moderados, mas sólidos, e não de grandes proclamações ocasionais e sem consequência.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

E é este o caminho que pretendemos seguir, dando ênfase ao papel e ao estatuto da nossa Região, buscando as parcerias necessárias e, sobretudo, colocando sempre, sempre os interesses dos Açores em primeiro lugar!

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

As perspectivas financeiras do novo Quadro Comunitário de Apoio para o período compreendido entre 2007 e 2013, revelam-se bastante positivas para a nossa Região.

Fruto de um processo negocial intenso, onde não podemos deixar de mencionar o papel que o Governo da República assumiu na defesa dos interesses da Região, este novo Quadro Comunitário de Apoio é determinante para a actuação da União Europeia no período pós-2006, para a criação de condições adequadas à condução eficaz das políticas europeias e para a concretização das ambições, objectivos e metas políticas já definidas pelos Estados Membros para a União.

Os resultados alcançados irão pesar, de forma clara, no modo como a Política Regional Europeia cumprirá os seus



objectivos no próximo período de programação financeira e, por isso, no papel que as regiões europeias poderão continuar a desempenhar na construção do projecto europeu e na concretização dos grandes objectivos prosseguidos pela União Europeia.

Numa União Europeia alargada a 10 novos estados membros, a mobilização dos recursos indispensáveis ao cumprimento dos compromissos políticos que a União tem vindo a assumir, com tudo o que isso implicou em termos de agravamento de assimetrias, do acentuar das diferenças de desenvolvimento e do aumento das despesas comunitárias, importa destacar o papel das Regiões Ultraperiféricas e especialmente dos Açores, neste processo negocial e de reforço da identidade europeia.

O exemplo dos Açores pode e deve ser utilizado por todos, como demonstração da eficácia e eficiência da aplicação dos Fundos Comunitários na concretização do reforço da coesão, na redução das assimetrias existentes, contribuindo para o aumento da importância da política regional europeia nas prioridades definidas pela União Europeia.

O desenvolvimento socio-económico das regiões europeias traduz-se no ganhar, a nível local e regional, as batalhas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

européias do crescimento, da competitividade e do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento socio-económico das regiões europeias é, sem qualquer dúvida, a melhor e mais conseguida concretização das Estratégias de Lisboa e de Gutemburgo.

A Política Regional Europeia tem representado para o conjunto da União Europeia um investimento com uma alta rentabilidade, pelo efeito de alavanca que tem tido no crescimento e desenvolvimento das regiões europeias.

Tem igualmente possibilitado a utilização plena do potencial das regiões da Europa em todos os domínios e assegurado que os bons exemplos e as boas práticas de governação e de eficácia nas actuações se divulguem por toda a União.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Neste âmbito, o Governo Regional, neste dia da Europa, reafirma o seu empenho e a sua determinação na implementação de uma geração de políticas, que visem fazer, cada vez mais, dos Açores o uma Região em franco desenvolvimento.



O novo quadro de referência, no âmbito do Período de Programação 2007/2013, relativos à intervenção de Fundos Estruturais e outros Programas da União Europeia, corresponderá a um novo paradigma e a uma nova geração de políticas assentes na reorientação estratégica a favor da competitividade, no tratamento das especificidades intra-regionais, na maior consideração da perspectiva supra-municipal e na mobilização dos parceiros sociais. Assim, o novo quadro de referência terá como prioridades centrais, nomeadamente: o **crescimento económico** sustentado assente na melhoria da competitividade e produtividade da economia açoriana e do reforço do investimento empresarial qualificante e da promoção da inovação e desenvolvimento tecnológico; o **desenvolvimento do capital humano e da coesão social** assente na melhoria da empregabilidade, da qualificação do potencial humano e na inclusão social; a **qualificação do território e das infra-estruturas de transportes**; o **reforço da sustentabilidade ambiental e da autonomia e eficiência energética**; a **melhoria da eficiência administrativa e da eficácia dos sistemas sociais e colectivos**.

São estas as nossas prioridades, consciencializadas com os parceiros sociais e partidos políticos nas audições recentemente realizadas e que serão aprofundadas com a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

colaboração dessas entidades, cujos contributos detalhados esperamos receber, até amanhã, 10 de Maio, conforme solicitámos.

Após essa etapa, pretendemos apresentar no âmbito do Conselho Regional de Concertação Estratégica, até 15 de Junho, uma proposta base de Quadro de Referência Estratégico Regional e de imediato proceder a um novo processo de consulta a todos os parceiros sociais e partidos políticos.

Pretendemos continuar a assegurar uma participação activa de todos os actores regionais na elaboração deste estruturante documento.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

O Governo da República aguarda a aprovação formal do acordo inter-institucional entre os Presidentes do Conselho Europeu, Parlamento Europeu e Comissão Europeia para obter a determinação definitiva do regulamento de afectação de verbas que permitirá quantificar com exactidão os montantes disponibilizados para o País nos diversos fundos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

Após essa aprovação, que se prevê que ocorra ainda durante o presente mês de Maio, o Governo Regional irá iniciar de imediato o processo negocial com a República para determinar a afectação aos Açores das verbas dos Fundos Estruturais e outros Programas da União Europeia.

Conforme acordado, ontem, com o Governo da República, foi estabelecido a data de 30 de Junho, para conclusão de todo o processo negocial de quantificação e determinação dos recursos afectos aos programas operacionais da Região Autónoma dos Açores no âmbito dos Fundos Estruturais.

Para o próximo quadro de programação financeira 2007/2013, a nossa ambição é clara: contar com o nível adequado de apoio para sustentar a tendência de crescimento e de convergência que a Região manteve nesta última década.

Apresentaremos uma proposta negocial, sólida, tecnicamente fundamentada, que terá em consideração a afectação nacional de cada fonte de financiamento, a repartição regional dos seus beneficiários, a análise de evolução dos indicadores económicos e sociais envolventes e o enquadramento dos instrumentos de planeamento subjacente.



É, pois, redutor, demagógico e insustentável, assentar este processo regional na exigência apenas da obtenção de uma determinada taxa de variação global de recursos financeiros.

Sendo, com certeza mais eficaz para consumo mediato interno, a opção por essa simplicidade de abordagem neste complexo processo levaria certamente à diminuição da nossa capacidade negocial.

Aos Açorianos, poderemos assegurar, que vamos apresentar com o contributo de todos, uma proposta e um projecto credível, ambicioso, profundamente documentado e tecnicamente fundamentado, que prestigie os Açores e assegure um reforço do peso relativo do Programa Operacional Regional no contexto nacional.

Gostaríamos também de anunciar, hoje, que tendo por base a calendarização proposta esta semana pela Presidência Austríaca, que aponta para a aprovação do Regulamento Geral dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, a 11 de Junho, e das orientações estratégicas da Comunidade no Conselho Europeu de 5 de Outubro, a Região Autónoma dos Açores está em condições de, imediatamente após a publicação desses documentos orientadores, apresentar em Bruxelas, durante o mês de Novembro, o seu Quadro de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Gabinete do Vice-Presidente

Referência Estratégica, e assim assegurar a rápida operacionalização das perspectivas financeiras 2007/2013, de forma a garantir a elegibilidade de todas as despesas efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 2007 e assim reforçar os níveis de investimento público e privado dos Açores.

Contamos, para isso, com o empenho de todos os Açorianos porque, para nós, os Açores merecem sempre mais!

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 9 de Maio de 2006

O Vice-Presidente do Governo Regional

Sérgio Ávila